

# INFORMATIVO SINCOELÉTRICO

InfoSinco

Edição 28 – abril / maio

## TUDO EM UM

*Varejo omnichannel integra diversos canais de vendas proporcionando ao cliente uma experiência única ao fazer suas compras*

O Brasil ainda caminha timidamente em direção ao conceito de varejo omnichannel, mas esse cenário deve mudar em breve. Tendência mundial, o varejo omnichannel proporciona diversas alternativas de canais para que o consumidor possa realizar suas compras como, lojas físicas, venda por telefone, catálogo, e-commerce, m-commerce (mobile commerce), máquinas de autoatendimento, entre outros, combinado com o fato de que esse consumidor seja reconhecido como único, independentemente de qual seja o canal de escolha e que esses canais ainda sejam integrados, de tal forma que esse cliente possa optar em devolver um determinado produto em uma loja física, mesmo que tenha realizado esta compra no site de e-commerce da empresa. “Existe uma característica adicional e que sempre acompanha a denominação do que venha a ser um varejo omnichannel e que está associado ao conceito do “ser único”. Mais do que esse consumidor ser simplesmente reconhecido em todas as suas transações nos diversos canais desta nossa empresa de varejo, significa a possibilidade de proporcionar a esse cliente uma oferta específica em função do seu perfil de consumo, na forma de promoções, descontos e comunicação ajustada a ele”, explica Alexandre Horta, sócio sênior da GS&MD – Gowêa de Souza.

### **Opportunidade para comprar a qualquer hora, em qualquer lugar**

O varejo omnichannel é tendência porque abre espaço para que as empresas ofereçam o melhor serviço possível ao consumidor, ampliando as chances de concretizar uma venda já que o consumidor tem a possibilidade de comprar em qualquer circunstância do seu dia, seja em casa, no trabalho, em uma viagem ou até mesmo no percurso de sua residência ao trabalho e vice e versa. “Para o segmento varejista ao criar essa maior disponibilidade de alternativas, além do consumidor se sentir mais bem servido, aumenta a probabilidade da compra por impulso. Em qualquer lugar o consumidor por visualizar uma oferta e, por meio de um aplicativo em seu smartphone, verificar as condições de venda e disponibilidade do produto em uma loja física, realizar a compra e retirar o item. Toda essa pequena história revela, não só um padrão de conforto na realização de um desejo, mas também um reforço considerável na possibilidade de conversão de um interesse em uma compra. Estatísticas revelam que os consumidores que compram de forma multicanal, têm um gasto médio maior do que os que são “monocanal”. E para terminar, a terceira grande razão, é que tal arquitetura de oferta, está totalmente alinhada com uma demanda muito forte dos consumidores, que é a busca de maior conveniência e agilidade para a realização de suas compras”, avalia Alexandre Horta.



Alexandre Horta: “o varejo omnichannel está associado ao conceito do ser único”

Basicamente todos os segmentos de varejo podem trabalhar o conceito do omnichannel, uma vez que este está associado à oferta de mais canais de comunicação e venda e de sua integração. Na opinião de Alexandre Horta, para atuar no omnichannel, o primeiro passo a ser dado por empresas dos setores de material elétrico e iluminação é ampliar a oferta de comércio eletrônico desses itens. “Esses setores, assim como todo o segmento de material de construção de uma forma geral, ainda está incipiente nesse tipo de oferta. São poucas as lojas que vendem via e-commerce e, mesmo algumas que deram esse passo, precisam melhorar muito o conteúdo disponível nos sites, leia-se: informação qualificada sobre o produto, eventuais instruções sobre sua instalação e cuidados, dados sobre garantia, fotos e figuras ilustrativas, etc. Outro ponto importante é que o consumidor está cada vez mais consciente de seus direitos e mais exigente, portanto não é possível acreditar que, dada a conveniência oferecida na venda via comércio eletrônico, se possa cobrar um sobrepreço por isso. Tal estratégia não tem dado bons resultados e mancha a reputação da empresa rapidamente”, orienta.

Para alcançar o sucesso nessa complexa operação é preciso investir em tecnologia, logística e abastecimento, além de maior controle e visibilidade dos estoques em cada ponto da cadeia.

## EDITORIAL

# SALVE-SE SE PUDER!

Vivemos em um país com 60 mil homicídios ao ano, e um número crescente de latrocínios. É uma guerra civil, visto que nos conflitos existentes mundo afora, poucos apresentam números de mortos em combate semelhantes ao "pacato e pacifista" Brasil.

Não contabilizamos as mortes no trânsito que atingem números que sequer as guerras mundiais lograram "êxito" em obtê-los.

Diante desse quadro verdadeiramente caótico, não vemos nenhuma atitude verdadeira e consistente das autoridades. É certo que as chamadas autoridades, estão cada vez mais sem autoridade alguma; inúmeros os escândalos e a corrupção que as envolvem em todos os níveis, ficando a dúvida se a bandidagem prospera por incompetência ou por camaradagem profissional. Fato é que prospera em índices invejáveis. As medidas sempre anunciadas como solução têm o condão de errar drasticamente no atacado e buscar lograr êxito no varejo.

Fizeram o desarmamento civil, porém, os marginais encontram-se mais armados do que os órgãos de repressão. O cidadão não pode ter uma "garruchinha" para defender sua família, já os traficantes derrubam um helicóptero da polícia com um míssil. O polo de poder foi invertido totalmente!

O Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), também não logrou êxito em educar, capacitar e dar uma formação digna a nossos jovens, no entanto, foi exímio em colocá-los a serviço do crime, dada a inimputabilidade do menor. Quantos da minha geração e anteriores começaram a trabalhar aos 14 anos ou menos como office boy, ganhando um salário mínimo e tornaram-se empresários, gerentes ou diretores.

Há um total domínio do crime seja ele oficial ou extraoficial, mas o domínio é inegável. Das penitenciárias ditas de "máxima segurança", os comandantes do crime baixam ordens do dia que são cumpridas pelos seus liderados. Estou convencido que o melhor sinal de celular está nos presídios. O nosso do lado de fora cai a todo instante.

Não existem medidas de fato a conter a escalada da violência. São Paulo ainda é um estado que tem os menores índices do país, uma redução de 64% nos homicídios, mas o latrocínio cresce. Nossa polícia apesar dos pesares é a melhor do país, mas a configuração existente com várias corporações: Civil, Militar e Guardas Municipais, com disciplinas, hierarquias e métodos totalmente diversos cria uma balbúrdia que favorece ao delinquente. O policiamento ostensivo é da PM, no entanto a Polícia Civil anda toda paramentada e com veículos caracterizados, mas se alguém comete uma infração de trânsito na frente de uma viatura da Polícia Civil, não há reação alguma, e se cobrados de pronto afirmam tratar-se de uma atribuição do DSV; se há uma desordem qualquer na rua e alguém pede providências à delegacia, esses mandam ligar para a PM, se o boteco estiver sendo assaltado é com a PM se já foi é com a Civil. Nesse jogo de empurra, empurra quem se beneficia é o delinquente, o cidadão quando consegue ligar para o lugar certo já está consumado o delito. Diante do conflito das corporações, resolveram criar as Guardas Municipais, cujas atribuições legais são extremamente limitadas: cuidar do patrimônio imobiliário e mobiliário do município. Porém, por razões as mais diversas, acabam tornando-se braços dos organismos policiais, sem poder de polícia. Em mais um conflito de corporações a ser administrado!

Em todo o mundo polícia é polícia, uma só; uma só regra, um só comando, uma só hierarquia e todo o poder para coibir e enfrentar todos os atos delituosos.

Não bastasse toda essa confusão, a polícia está sempre na mira dos defensores dos chamados Direitos Humanos, que alguns dizem, "dos manos", dado ao fato que esses só se manifestam quando o delinquente é vitimado, mas em hipótese alguma quando um cidadão ou policial é vitimado.

Contradições de um país sem princípios, sem formação e onde a política é a política da confusão e desinformação. Como dizia o velho Chacrinha: "não estou aqui para esclarecer e sim para confundir". E nessa balbúrdia o que nos resta e o salve-se se puder!

**- MARCO AURÉLIO SPROVIERI  
PRESIDENTE DO SINCOELÉTRICO**

*Esta publicação é destinada a proprietários, executivos, gerentes, compradores, vendedores e profissionais de marketing das empresas varejistas e atacadistas de material elétrico e aparelhos eletrodomésticos em todo o Estado de São Paulo. Os artigos assinados não refletem necessariamente a opinião do Sindicato. Proibida a reprodução total ou parcial sem autorização do editor.*

**PRESIDENTE:**

Marco Aurélio Sprovieri Rodrigues

**DIRETORIA - VICE-PRESIDENTE:**

Manoel Coyado Reverte

**1º SECRETÁRIO:**

Ubirajara José Pasquotto

**2º SECRETÁRIO:**

Carlos Ferreira Rodrigues

**1º TESOUREIRO:**

Sélvio Moreira Barboza

**2º TESOUREIRO:**

Joaquim Carlos Martins

**CONSELHO FISCAL EFETIVO:**

Valdo de Moraes

Virgílio Cansino Gil

Wildman Rojas de Carvalho

**CONSELHO FISCAL SUPLENTE:**

Felipe Gannam Bernaba Abduch

Sergio Monteiro Camelo

Sylvio Rodrigues Covas Junior

**Delegados Representantes junto a FECOMERCIO-SP:**

Marco Aurélio Sprovieri Rodrigues - Efetivo

Abduch Bernaba Jorge - Suplente

**GERENTE EXECUTIVA:**

Roseli Anchieta Silveira

**EDITORA E JORNALISTA RESPONSÁVEL:**

Adriana Bruno (MTB 26 109) -

e-mail: [adriana.reportagem@gmail.com](mailto:adriana.reportagem@gmail.com)

**PROJETO GRÁFICO:**

Alfaiataria Digital

**SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAL ELÉTRICO E APARELHOS ELETRODOMÉSTICOS NO ESTADO DE SÃO PAULO**

RUA CONSELHEIRO CRISPINIANO, 398 - 9º ANDAR - CENTRO

SÃO PAULO - SP - CEP 01037-001

TEL: (11) 3333-8377 FAX: (11) 3333-8370

**SEDE REGIONAL GUARULHOS**

RUA JOSÉ MAURÍCIO, 24 - CENTRO

CEP 07011-060

TEL: (11) 2229 6141

WWW.SINCOELETRICO.COM.BR

E-MAIL: [SINCOELETRICO@SINCOELETRICO.COM.BR](mailto:SINCOELETRICO@SINCOELETRICO.COM.BR)



## RECONHECIMENTO

### Santil Comercial Elétrica recebe prêmios por sua atuação no mercado



Concorrendo com grandes redes de lojas e home centers, a Santil recebeu, em março deste ano, uma homenagem especial, por figurar entre as principais varejistas, na 15ª edição do Ranking Nacional das Lojas de Material de Construção, divulgado pela Revista Anamaco. O Ranking tem como base pesquisa realizada com 379 indústrias de diferentes segmentos e portes, que apontaram quais seus principais clientes em volume de vendas em 2013, em cada estado e no país.

A Santil, que figura na 15ª posição em São Paulo (Capital e Grande São Paulo), também conquistou, em 2013, o Prêmio Philips Iluminação, pelo “Maior crescimento em vendas de iluminação em 2013”. Outra homenagem honrosa veio da Associação Comercial de São Paulo – Distrital Lapa, que concedeu à empresa o prêmio “Destaque 2013”, na categoria Atacado. “Ficamos muito honrados em sermos reconhecidos pela associação comercial; por um dos principais fornecedores de iluminação do país; e por estarmos tão bem posicionados no ranking nacional das lojas de material de construção, ao lado de empresas fortes, éticas e que contribuem para o crescimento do nosso país”, afirma Jorge Abduch, diretor do Conselho Administrativo e fundador da Santil.

As indicações ocorrem anualmente e são realizadas pelos membros do Conselho da instituição. O objetivo é valorizar o espírito empreendedor e o trabalho voluntário, com prêmios dirigidos a empresas, personalidades e entidades.

A Santil Comercial Elétrica é uma das principais distribuidoras de material elétrico do país e possui cerca de 30 mil itens cadastrados e um giro mensal de aproximadamente 20 mil itens, sendo carrochefe as linhas de cabos, lâmpadas, luminárias, tubos e conexões, condutores e reatores. Com mais de 400 colaboradores, atualmente a empresa possui quatro pontos de venda, sendo três na cidade de São Paulo, uma em Osasco, além de um Centro de Distribuição, no bairro Água Branca.

## E-SOCIAL

### FecomercioSP propõe simplificação do eSocial para micro e pequenas empresas



A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), participou no dia 9 de abril, da comissão geral que discutiu a proposta de atualização do Estatuto da Micro e Pequena Empresa (Lei complementar 123/06).

Norteadas pelo propósito do projeto de alteração do Simples Nacional, a Federação, por meio do seu Conselho do Comércio Varejista, apresentou propostas de aperfeiçoamento para serem analisadas no âmbito das discussões da Câmara dos Deputados.

#### Documento foi entregue na comissão geral no Plenário da Câmara dos Deputados

Dentre as alterações sugeridas, constam, em destaque, a dispensa da substituição tributária para as empresas optantes pelo Simples Nacional, sua universalização e o tratamento diferenciado para as empresas do sistema no e-Social.

Na avaliação da FecomercioSP, micro e pequenas empresas, por falta de pessoal e estrutura tecnológica adequada, terão dificuldades para se adaptar e atender às novas exigências do eSocial, diante da complexidade do sistema, da grande quantidade de dados exigidos e da obrigatoriedade de imediata inclusão de informações rotineiras ao dia a dia.

A Federação apoia a proposta de alteração do Estatuto da Micro e Pequena Empresa (PLP nº 221/2012 e 237/2012) e a considera um marco inicial favorável para os pequenos empreendedores, que representam cerca de 95% do total de empresas no Brasil e são responsáveis por 60% do emprego e 30% da geração do PIB no País.

## SINCOELÉTRICO NO FACEBOOK

[www.facebook.com/sincoeletrico](http://www.facebook.com/sincoeletrico)



**PARCERIAS**

*Sua empresa na vitrine*

*Parceria entre SincoElétrico e Guia Fácil de Lojas oferece vantagens às empresas que querem divulgar seus negócios*



O Guia Fácil de Lojas iniciou suas atividades há 16 meses com o intuito de divulgar o comércio na região da Santa Ifigênia e em tão pouco tempo já expandiu seu leque de atuação para outras regiões. A empresa conta com tecnologia móvel e atua com uma plataforma única de divulgação reunindo três formas de anúncio: portal web, aplicativo e totens. De acordo com Priscila Feiferis, gerente de trade marketing do Guia Fácil de Lojas com a parceria entre a empresa e o SincoElétrico, associados e filiados à entidade terão 10% de desconto em qualquer opção de anúncio contratado. “Na contratação do Plano Empresa Diamante oferecemos um valor especial com parcelamento mensal, além de bonificações de divulgação”, diz.

*Assessoria Jurídica*

*Cabanellos Schuh Advogados Associados oferece sua expertise aos filiados e associados ao SincoElétrico*



Focada em oferecer atendimento à empresários que buscam assessoria jurídica direta, ágil e acessível, a Cabanellos Schuh Advogados Associados está no mercado desde 2001 e passa a integrar o time de parceiros do SincoElétrico. “Contamos com aproximadamente 450 colaboradores, dos quais 220 advogados estão divididos em diversas especialidades de ramos do Direito, como Tributária, Societária, Trabalhista e Contratos”, comenta Halim José Abud, advogado e sócio da empresa, na filial São Paulo. A Cabanellos está capacitada para dar orientações, inclusive sobre o e-social, tema que promete ser pauta constante em 2014. “Temos encontrado muitas empresas perdidas e sem saber como e quando implantar a rotina. Alertamos que desde já todos os empresários comecem a procurar informações e até mesmo treinamentos em busca de conhecimento de como será implantado e os prazos fixados pelo Governo”, comenta Luís Henrique H. Narvion, sócio e advogado da Cabanellos Advogados Associados, filial São Paulo.

**CONVENÇÕES COLETIVAS**

*A Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) dos Fecomerciários do Interior já foi fechada. O SincoElétrico enviará o caderno com as CCTs para seus associados e filiados e as empresas também podem fazer a solicitação através do telefone: (11) 3333 8377.*

**CONHEÇA NOSSOS PARCEIROS**

Saiba mais sobre serviços e empresas parceiras do SincoElétrico em [www.sincoeletrico.com.br](http://www.sincoeletrico.com.br)

 Assessoria Jurídica	 Assessoria Jurídica Tributária	 Assessoria Jurídica Tributária - Cursos -	 Assistência Médica - Adesão	 Assistência Médica - Planos Empresariais -	 Assistência Odontológica	 Capacitação e Consultoria Empresarial	 Cursos	 Guia Fácil de Lojas
 Cursos	 Ensino à Distância	 Escola de Idiomas	 Escola de Negócios	 Faculdades e Universidades	 Laboratório	 Lazer	 Linhas de Crédito	
 Medicina e Segurança do Trabalho	 MPO Micro Crédito Banco do Brasil	 Previdência Associativa	 Recuperação de Crédito	 Saúde e Lazer	 Sistemas de Informações Comerciais	 Mervale Automação Comercial	 Cabanellos Schuh Advogados	

## JURÍDICO

# A IMPORTÂNCIA DE PLANEJAR AS SOCIEDADES FAMILIARES

Por Lucas Martins Dias

O advento do Código Civil em 2002 representou uma série de alterações nas relações familiares, no campo da sucessão, mas também, no que tange ao direito empresarial e, dentre tais mudanças, algumas são de extrema relevância para realidade estrutural das empresas.

As estruturas societárias das empresas que anteriormente estavam sob a legislação do Código Comercial de 1850 e legislações complementares foram trazidas para o Código Civil de 2002 com relevantes modificações.

Importante destacar que, a partir da nova legislação citada no parágrafo acima, foram introduzidas ferramentas legais para dirimir práticas de abuso da personalidade jurídica, confusão patrimonial e, ainda, gestão contrária das sociedades empresárias, a partir da acepção da teoria da desconsideração da personalidade jurídica pelo art. 50 do Código Civil, abaixo descrita:

“Art. 50. Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial, pode o juiz decidir, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica”.

Esta teoria que, por sua vez, visa estender aos sócios de uma sociedade empresária as responsabilidades contraídas por tais e não cumpridas, assim como as interpretações jurisprudenciais sobre a sucessão empresarial e, até mesmo, o avanço da tecnologia da informação que aprimorou as formas de comunicação e pesquisa, acarretaram na necessidade das empresas aprimorarem seus critérios controle e administração, a fim de manter inatacáveis suas personalidades jurídicas por gerações seguintes.

No entanto, em razão da fragilização da personalidade jurídica, os empresários passaram a preocupar-se, de forma mais intensa, com os seus respectivos patrimônios pessoais, tendo em vista que estes podem, eventualmente, ser designados para cumprimento de obrigações originadas pelas sociedades.

A partir de então, aperfeiçoaram-se métodos de organização e planejamento das empresas familiares, não somente sob o ponto de vista da gestão, mas também sob os aspectos legais da sucessão familiar e de suas estruturas societárias, os quais se destacam os trabalhos de planejamento sucessório e societário para as empresas familiares.

Originariamente, a realização dos trabalhos de planejamento sucessório e societário visa reorganizar as sociedades empresárias a adotarem métodos que separem os negócios da família, especialmente, para que assuntos destas naturezas não venham a influenciar um nos outros, comprometendo ambos.

Consequentemente, a realização desta referida organização tende a diminuir algumas dificuldades, tais como, a exposição da sociedade pela perda de desempenho com a passagem sucessória ao poder de controle das sociedades e, desentendimentos familiares no exercício da administração das sociedades ou no uso dos direitos de voto nos órgãos sociais.

Usualmente, o desenvolvimento de projetos desta natureza necessita de uma equipe multidisciplinar como advogados com



Lucas Martins Dias é especialista em direito societário e advogado do Cabanellos Schuh Advogados Associados

expertise tributária, societária e sucessória, contadores e, até mesmo, psicólogos que auxiliam na discussão e identificação de fatores importantes relacionados à sucessão.

Ademais, destaca-se a importante interação entre os profissionais envolvidos e a família, inicialmente pelo período de implementação dos trabalhos que, normalmente, podem chegar a alguns anos de duração e, posteriormente, pelo fato de que os assuntos abordados são, muitas vezes, de cunho íntimo.

Inegavelmente, ao discorrer sobre a estrutura destes trabalhos fica evidente a complexidade do tema, no entanto, imperioso reiterar a necessidade frente aos cenários legais já mencionados e, acima de tudo, a complexidade e integração dos mundos dos negócios atual.

Esta necessidade citada no parágrafo anterior denota-se face as possíveis vantagens obtidas com desenvolvimento dos trabalhos de planejamento sucessório e societário são: (a) profissionalização da gestão; (b) regras claras de convívio familiar na estrutura societária; (c) redução de custos sucessórios, tais como, inventário, impostos sobre a transmissão de titularidade bens; (d) diminuição da exposição patrimonial ante a operação das atividades econômicas, entre outros.

Ressaltamos, partindo para os apontamentos finais, que o objetivo deste breve artigo foi, em poucas palavras, procurar destacar a importância e os motivos da permanente necessidade das empresas familiares inseridas no mercado varejista de materiais elétricos e eletrodomésticos em preocupar-se com métodos de organização de sua atividade econômica, mas também, de sua natureza estrutural societária.

Por fim, vale destacar que, a preferência para o início de tais trabalhos sempre será com o intuito de antecipar a sucessão, contudo, o mais importante, é a identificação da necessidade e a adoção de medidas, preventivas ou não, para planejar ou remediar os impactos da sucessão no negócio e a consequente exposição da sociedade.



## ARTIGO

# VIOLÊNCIA

Por Almir Pazzianotto Pinto para o jornal O Estado de S.Paulo

*É impossível permanecer insensível e inerte diante da onda de violência que engolfa o Estado de São Paulo e o País. O problema avoluma-se dia após dia, diante do olhar apático do Poder Legislativo, da acomodação do Poder Executivo, da sonolência do Poder Judiciário. O quadro é crítico e exige decisão e ação.*

*Quem já passou pela experiência de ser assaltado à luz do dia, em rua movimentada, por homens armados com pistolas de grosso calibre se sente no dever de desacreditar de falsas promessas, cínicas justificativas e enganosas estatísticas apresentadas por aqueles que têm a obrigação de garantir a segurança pública.*

*Detalhada reportagem publicada por este jornal na edição de 2 de março, domingo de carnaval, descreve a invasão da pacata cidade paulista de Conchas por bando armado, que explodiu e saqueou caixas eletrônicos, desafiou o modesto destacamento policial, semeou pânico entre a indefesa população. Não é o primeiro episódio de cangaço motorizado ocorrido no interior e não será o último. Os salteadores perceberam ser fácil dominar comunidades de pequeno e médio porte, onde a Polícia Militar possui efetivo simbólico e a Polícia Civil se reduz ao delegado (se houver), um investigador e o escrivão. A superioridade dos criminosos em número e armamento é flagrante e a população limita-se a assistir aos ataques, sem condição de se defender.*

*Na capital e nas grandes cidades observa-se situação semelhante, embora os criminosos se valham de táticas específicas. Agem em quadrilhas e usam do elemento surpresa para tomar residências e edifícios, roubar restaurantes, indústrias e casas comerciais, assaltar motoristas e pedestres. Em seguida, eles se dispersam nas favelas, onde se misturam com o povo ordeiro, medroso e sofrido, para fugir e impedir a identificação.*

*A conclusão é óbvia: o Estado não se preparou para enfrentar a onda crescente de violência. Permanecemos regidos por códigos da década de 1940 - mais antiquados do que a arcaica Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) - e se insiste na preservação da idade-limite de 18 anos, abaixo da qual o criminoso forte, tatuado, de alta periculosidade, é tratado como adolescente frágil, digno de piedade.*

*Quando legisla, o Estado não alcança os resultados alardeados. São estatutos ineficazes, sancionados com estardalhaço, como observou alguém. Tome-se o caso da Lei Maria da Penha, que, apresentada à opinião pública como solução mágica para a violência doméstica, resultou em menos do que nada. Mulheres continuam a ser estupradas, espancadas e mortas, após insistirem em lavrar inúteis boletins de ocorrência. Situação similar é a do Estatuto do Torcedor. Torcidas organizadas com apoio financeiro de clubes, armadas com porretes, espetos, barras de ferro, estiletes, coquetéis molotov, morteiros, rojões, entram em choque antes, durante e depois de grandes jogos ou agridem e matam quem encontram pelo caminho, por sadismo e diversão. Se confrontadas, desafiam a polícia, pois sabem que nada lhes acontecerá.*

*Caso singular é o do desarmamento. Aplicado com rigor contra pessoas de bem, privou de meios de defesa pais de família, trabalhadores, empresários, proprietários rurais, possuidores de*

*revólver ou cartucheira, adquiridos no comércio de maneira regular. Não consegue impedir, todavia, que bandidos continuem armados. Em São Paulo, e pelo Brasil afora, marginais menores ou maiores empregam metralhadoras, fuzis semiautomáticos, pistolas .45 ou 9mm, escopetas calibre 12, granadas para enfrentar as forças policiais em superioridade de condições.*

*A campanha pelo desarmamento da população civil teve início no governo Fernando Henrique Cardoso e ganhou corpo nos que se seguiram. Apesar de velha, trouxe pífios resultados, atingiu apenas gente do bem. Sou avesso à violência. Reivindico, todavia, o direito de cada cidadão optar entre ter ou não arma para defesa, desde que satisfaça requisitos relativos à aquisição, ao registro e ao porte.*

*Compete à União legislar sobre direito penal e processual penal (Constituição, artigo 22, I). Ao Estado cabe zelar pela segurança pública. Para tanto mantém a Polícia Civil, à qual incumbem as funções de polícia judiciária e apuração das infrações penais, e a Polícia Militar, responsável pela preservação da ordem pública e pelo policiamento ostensivo (Constituição, artigo 144, parágrafos 4.º e 5.º).*

*A coexistência de duas Polícias - a Militar e a Civil - regidas por estatutos desiguais e conflitantes, com hierarquias e finalidades distintas, tem sido apontada como obstáculo à rapidez, confiabilidade e eficiência na elucidação de crimes. Por via de consequência, é elevadíssimo o número daqueles que deixam de ser esclarecidos e caem no esquecimento, para desespero das vítimas, ou seus familiares. Quando elucidados, os processos se arrastam pesadamente por meio de recursos protelatórios em múltiplas instâncias.*

*Diante do quadro de insegurança, é inqualificável o silêncio dos candidatos à Presidência da República. A população cobra-lhes clara tomada de posição em face do problema da menoridade penal, do tráfico e consumo de drogas, da carência ou péssimas condições em que se encontram os presídios, da morosidade processual.*

*A ascensão do crime organizado é fato. Promessas de combatê-lo caíram no descrédito. Não basta confinar alguns presidiários em desumanas solitárias, medida cruel e comprovadora da vulnerabilidade do sistema penitenciário, incapaz de evitar o contrabando de celulares (para dentro das cadeias). São indispensáveis ações preventivas, conduzidas com inteligência e, quando necessário, força para conter os violentos.*

*A não ser assim, o clima de pavor e insegurança persistirá, para desalento de quem procura viver em paz, dentro da lei.*



**Almir Pazzianotto Pinto**

*é advogado, foi ministro do Trabalho e presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST).*

Foto: Agliberto Lima/AE